

## PARECER DO CONSELHO FISCAL

*Exmos. Sócios,*

No cumprimento do Artigo 14º, e da alínea a) do Artigo 28º dos Estatutos, vimos dar o parecer sobre o Relatório de Atividades e Contas referente ao ano 2018.

O Conselho Fiscal procedeu à análise exaustiva da informação financeira produzida no exercício de 2018 através de balancetes, extratos de contas correntes e documentos de suporte, bem como confirmações de saldos bancários e caixa. Obteve esclarecimentos e as informações necessárias junto da Direção Executiva nas pessoas de sua Presidente e Tesoureira.

Entendeu este Órgão, em devido tempo, que as contas apresentassem o maior nível de detalhe possível, e que para além da transparência, permitissem a todos uma fácil leitura.

Neste momento de aprovação das contas, no entender deste Órgão, considera-se que os elementos produzidos e relevantes para a análise obedecem às normas contabilísticas em vigor e refletem de uma forma clara a atividade financeira da Associação.

Assim, somos do parecer que:

1. Não se verificaram situações ou quaisquer atos que violassem os Estatutos.
2. O Relatório de Contas evidência de forma clara e explícita como estão relacionados os movimentos contabilísticos, e obedecem às normas contabilísticas em vigor, assim, considera-se que se aprove o relatório de atividades e contas do ano 2018 que vos são apresentados.

Viseu, 16 de maio de 2019,

O Presidente do Conselho Fiscal - José Pais Antunes



O 1º Vogal do Conselho Fiscal – José Carlos Amaral Melo



O 2º Vogal do Conselho Fiscal – Maria Helena Almeida Lopes





**ASSOCIAÇÃO GRÃO VASCO**

**RELATÓRIO DE ACTIVIDADES  
E DE GESTÃO 2018**

Em todas as atividades da Associação, durante o ano de 2018, o total de proveitos cifrou-se em € 61.544,32, assim distribuídos:

- Subsídios Município de Viseu	€ 46.503,00;
- Subsídios I.E.F.P.	€ 6.988,40;
- Subsidio Fundação Calouste Gulbenkian	€ 956,66;
- Apoio às atividades /(Freguesia de Viseu)	€ 1.000,00;
- AMICOS (Érasmus +)	€ 6.077,75;
- Doações	€ 18,51;

A Direção continua a entender que estes resultados só são possíveis de obter, quando há preocupação na seleção de serviços que contribuem para um maior bem-estar dos associados e de todas as pessoas que conosco colaboram.

Foi cumprida a programação para o ano em apreciação.

### ENCARGOS

A Direção neste seu mandato tomou iniciativas tendentes a fazer com que as despesas de funcionamento sejam as estritamente necessárias.

Os custos foram os infra mencionados:

- Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)	€ 16.152,10;
- Gastos com o Pessoal	€ 50.569,74;
- Impostos	€ 459,03;
- Juros de Mora	€ 1,35.

## INVESTIMENTOS

Não foram efetuados investimentos.

## SITUAÇÕES RELEVANTES E DE DESTAQUE

A direção da Associação efetuou algumas candidaturas a projetos financiados por entidades públicas e privadas, e contratou com o Município de Viseu o valor de € 1.460,00 e com o I.E.F.P. dois CEL, um CEI+ e um Prémio emprego.

Da análise da demonstração de Resultados e de Balanço, julgamos de interesse realçar o seguinte:

- Resultados antes das Depreciações e de amortizações----- € - 5.637,90
- RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO----- € - 5.637,90


Por todo o exposto, a Direção apresenta a seguinte proposta à Digníssima Assembleia Geral:

## PROPOSTA

- Que o RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO atrás referido, de € - 5.637,90, seja transferido para Resultados Transitados.

Viseu, 28 de março de 2019

A Presidente da Direção

  
Paula Cristina Gomes de Vasco  
Associação Grão Vasco



# Anexo 2018

## **ASSOCIAÇÃO GRÃO VASCO**

Alameda Luís de Camões – Escola Básica Grão Vasco

Viseu

3500-149 Viseu

NIPC: 513 711 694

*CAE Principal 94991 – Associação culturais e recreativas*

pl 2

**ANEXO**

(ESNL)

Exercício de 2018

O anexo, visa complementar as informações financeiras apresentada noutras demonstrações financeiras, divulgando as bases de preparação e políticas contabilísticas adotadas e outras divulgações exigidas pelas normas de contabilidade e relato financeiro.

O presente documento não constitui um formulário relativo às notas do anexo, mas tão só uma compilação das divulgações exigidas pelas normas referidas, caso aplicáveis à entidade.

**1. Identificação da entidade**

**1.1. Designação da entidade:** ASSOCIAÇÃO GRÃO VASCO

**1.2. Sede:** Alameda Luís de Camões – Escola Básica Grão Vasco

Viseu

3500-149 Viseu

**1.3. Natureza da atividade:** Associação de direito privado

**1.4. CAE:** 94991 – Associações culturais e recreativas

**1.5. Número médio de empregados durante o ano:** 5 (cinco)

**2. Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras**

**2.1.** As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos registos contabilísticos da Entidade e de acordo com as normas do Sistema de Normalização Contabilística – Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL), regulado pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 julho (Aprova o SNC) – Inclui a Declaração de Retificação n.º 67 – B/2009, de 11 de setembro, as alterações resultantes da Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto, do

Decreto-Lei n.º 36 – A /2011, de 9 de março, do Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que a república, e o Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro;

- Modelos das Demonstrações Financeiras (Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho) – Inclui as alterações introduzidas pela declaração de retificação n.º 41-B/2015, de 21 de setembro;
- Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (Aviso n.º 8259/2015, e 29 de julho) – Inclui a declaração de retificação n.º 916/2015, de 19 de outubro.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da entidade, sempre que a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor não Lucrativo (NCRF - ESNL) não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou de relato financeiro de transações ou situações, e a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deverá recorrer, tendo em vista tão-somente a supressão dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada às:

- a) NCRF e Normas Interpretativas (NI);
- b) Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;
- c) Normas internacionais e Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações SIC – IFRIC.

Exceto quanto ao que for especificamente estabelecido nesta norma (NCRF - ESNL), são aqui acolhidos os conceitos, definições e procedimentos contabilísticos de aceitação generalizada em Portugal, tal como enunciados no Sistema de Normalização Contabilística (SNC), tendo como base de referência a correspondente Estrutura Conceptual. Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem às constantes das NCRF, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Entidade e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no Artigo n.º 4º da Portaria n.º 220 / 2015, de 24 de julho, designadamente;

- O Balanço, modelo ESNL;



AS

## ASSOCIAÇÃO GRÃO VASCO

---

- A Demonstração dos resultados por naturezas, modelo ESNL; e
- O Anexo, modelo ESNL;

Os termos e expressões utilizados nesta norma, que correspondem aos constantes das NCRF - ESNL, são compilados em glossário disponibilizado no sítio internet da Comissão de Normalização Contabilística.

- 2.2. Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem pôr em causa a imagem verdadeira e apropriada que devem transmitir aos interessados pelas informações disponibilizadas.

- 2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior bem como das quantias relativas ao período anterior que tenham sido ajustadas.

As quantias relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2018, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do Sistema de Normalização Contabilística para as ESNL.

### **3. Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros**

As Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras, são as seguintes:

#### **3.1. Passivos financeiros**

Um instrumento financeiro é classificado como um passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual por parte do emissor de liquidar capital e/ou juros, mediante a entrega de dinheiro ou de outro ativo financeiro, independentemente da sua forma legal. Os passivos financeiros são registados

22/3

inicialmente pelo seu justo valor deduzido dos custos de transação incorridos e subsequentemente ao custo amortizado, com base no método da taxa efetiva.

### 3.2. Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis adquiridos até 1 de Janeiro de 2010, encontram-se registados ao seu custo de aquisição de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal até àquela data, deduzido das amortizações acumuladas.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações.

As despesas de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em benfeitorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis, são registadas como gastos do exercício em que ocorrem.

As mais ou menos-valias resultantes da venda ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na Demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

### 3.3. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o seu valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

### 3.4. Contas a receber

As contas a receber são inicialmente reconhecidas ao seu justo valor, sendo subsequentemente valorizadas ao custo amortizado, sendo apresentadas em balanço deduzidas das perdas por imparidade que lhe sejam associadas.

### 3.5. Rendimentos e gastos

Os rendimentos e gastos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio de contabilidade em regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas de outros ativos ou passivos conforme sejam valores a receber ou a pagar.

PLB

## ASSOCIAÇÃO GRÃO VASCO

---

O rédito compreende os montantes faturados na venda de produtos ou prestação de serviços líquidos de IVA, abatimentos e descontos, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a Entidade;
- Os custos suportados ou a suportar com a transação podem ser valorizados com fiabilidade;
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

### 3.6. Resultados financeiros

Os resultados financeiros incluem os juros pagos pelos empréstimos obtidos, os juros recebidos de aplicações efetuadas, os dividendos recebidos, os ganhos e perdas resultantes de diferenças de câmbio, os ganhos e perdas realizados, assim como as variações de justo valor relativas a instrumentos financeiros e as variações de justo valor dos riscos cobertos, quando aplicável.

Os juros são reconhecidos de acordo com o regime de acréscimo.

### 3.7. Impostos sobre o rendimento

O gasto relativo a imposto sobre o rendimento do período resulta da soma do imposto corrente.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Entidade de acordo com as regras fiscais em vigor.

### 3.8. Caixa e Depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários, ambos imediatamente realizáveis e sem perda de valor. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no Passivo corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos.

3.9. Quando a aplicação de uma disposição da Norma tiver efeitos no período corrente ou em qualquer período anterior, (salvo se for impraticável determinar a quantia do ajustamento, ou poder ter efeitos em períodos futuros), uma entidade deve divulgar apenas nas demonstrações financeiras do período corrente.

Durante o exercício de 2018 não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2017.

#### 4. Ativos fixos tangíveis

##### 4.1. Vidas úteis e taxas de depreciação usadas;

As depreciações são calculadas após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. As taxas de depreciação usadas estão de acordo com o Decreto Regulamentar n.º 25/2009 de 14 de Setembro.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada:

Grupo de activos	Vida útil (anos)
Edifícios e outras construções	10 a 50
Equipamento básico	3 a 16
Equipamento de transporte	4 a 8
Equipamento administrativo	3 a 16
Outros activos fixos tangíveis	4 a 20

##### 4.2. Quantia escriturada bruta e depreciação acumulada no início e no fim do período;

"Ver quadro."

##### 4.3. Reconciliação da quantia escriturada no início e no fim do período mostrando as adições, as revalorizações, as alienações, os ativos classificados como detidos para venda, as amortizações, as perdas de imparidade e suas reversões e outras alterações.

"Ver quadro."

##### 4.4. As depreciações, reconhecidas nos resultados ou como parte de um custo de outros ativos, durante o período.

"Ver quadro."

##### 4.5. Depreciação acumulada no final do período.

825

ASSOCIAÇÃO GRÃO VASCO

“Ver quadro.”

Descrição	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e Outras Construções	Equipamento Básico	Equipamento de transporte	Equipamento administrativo	Outros activos fixos tangíveis	Activos fixos tangíveis em curso	Total dos Activos fixos tangíveis
Activo bruto								
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	999,27	0,00	999,27
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Varição de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	999,27	0,00	999,27
Investimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Varição de justo valor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31 de Dezembro de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	999,27	0,00	999,27
Depreciações Amortizações e perdas por imparidades acumuladas								
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Depreciações e perdas de imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	999,27	0,00	999,27
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo inicial a 1 de Janeiro de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	999,27	0,00	999,27
Depreciações e perdas de imparidade	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Desinvestimento	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo final a 31 de Dezembro de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	999,27	0,00	999,27
Valor líquido								
A 31 de Dezembro de 2017	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
A 31 de Dezembro de 2018	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

5. Ativos intangíveis

“Não aplicável.”

6. Custos de empréstimos obtidos

“Não aplicável.”

7. Inventários

“Não aplicável.”

**8. Rendimentos e gastos****8.1. Rendimentos do exercício****a. Subsídios à exploração**

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
	Dem. Resultados	Dem. Resultados
Subsídios	61.525,81	64.166,49
Município de Viseu	46.503,00	45.982,28
I.E.F.P.	6.988,40	8.071,15
Fundação Calouste Gulbenkian	956,66	3.863,00
Freguesia de Viseu	1.000,00	6.250,00
AMICOS - Éramus +	6.077,75	0,00
Doações e heranças	18,51	2.228,00
Doações	18,51	2.228,00
Seguro desportivo	0,00	0,00
Seguros desportivo	0,00	0,00

**b. Outros rendimentos**

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
	Dem. Resultados	Dem. Resultados
Rendimentos suplementares	0,00	4.750,00
Apoio às atividades	0,00	4.750,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>4.750,00</b>

**8.2. Gastos do exercício****a. Fornecimentos e serviços externos:**

Fornecimentos e serviços externos	31-12-2018	31-12-2017
Serviços especializados	14.042,32	21.467,08
Trabalhos especializados	1.926,00	1.843,66
Publicidade e propaganda	60,75	29,52
Honorários	12.020,07	19.535,79
Serviços bancários	35,50	58,11
Materiais	195,87	107,00
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	195,87	59,00
Artigos para oferta	0,00	48,00
Energia e fluidos	0,00	0,00
Deslocações, estadas e transportes	654,28	485,04
Deslocações e estadas	654,28	485,04
Serviços diversos	1.259,63	1.779,06
Rendas e alugueres	205,00	30,00
Contencioso e notariado	4,20	50,00
Outros serviços	1.050,43	1.699,06
<b>Total</b>	<b>16.152,10</b>	<b>29.838,18</b>

b. Gastos com o pessoal:

Gastos com pessoal	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações	42.155,94	35.569,94
Orgãos sociais	0,00	0,00
Pessoal	42.155,94	35.569,94
Encargos sobre remunerações	7.312,36	5.709,57
Orgãos sociais	0,00	0,00
Pessoal	7.312,36	5.709,57
Seguros	399,02	555,74
Outros	702,42	148,48
<b>Total</b>	<b>50.569,74</b>	<b>41.983,73</b>

c. Gastos de depreciações e amortizações:

Gastos de depreciações e amortizações	31-12-2018	31-12-2017
Ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
Outros ativos fixos tangíveis	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

d. Outros Gastos:

Outros Gastos	31-12-2018	31-12-2017
Outros Gastos	459,02	866,59
Impostos	459,02	866,59
Outros	0,01	1.214,00
Donativos	0,00	1.214,00
Outros	0,01	0,00
<b>Total</b>	<b>459,03</b>	<b>2.080,59</b>

e. Gastos e perdas de financiamento

Gatos e perdas de financiamento	31-12-2018	31-12-2017
Juros suportados	0,00	0,00
Juros de financimanto obtido	0,00	0,00
Juros de mora e compensatórios	0,00	0,00
Outros	0,00	0,00
Correções relativas a períodos anteriores	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

9. Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

“Não aplicável.”

**10. Subsídios e outros apoios das entidades públicas****10.1. Políticas contabilísticas adotadas**

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o justo valor quando existe uma garantia razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios relacionados com rendimentos (por exemplo, para assegurar uma rentabilidade mínima ou compensar déficits de exploração, ou no âmbito de programas de formação profissional) são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica "Subsídios à exploração" da demonstração dos resultados do período em que os programas/contratos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos do período em que se tornem recebíveis.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos capitais próprios, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los como gastos relacionados. No caso de o subsídio estar relacionado com ativos não depreciables e "intangíveis com vida útil indefinida", são mantidos nos capitais próprios, exceto se a respetiva quantia for necessário para compensar qualquer perda por imparidade

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como passivos.

**10.2. Natureza e extensão dos subsídios do Governo reconhecidos nas demonstrações financeiras e indicação de outras formas de apoio do Governo**

A Entidade Reconheceu nas suas demonstrações financeiras os seguintes subsídios do Governo:

Descrição	Natureza	31-12-2018			31-12-2017		
		Capital próprio	Ativo	Div. Honorários	Capital próprio	Ativo	Div. Honorários
<b>Município de Viseu</b>							
Viseu Educa	Não reembolsável	0,00	26.700,00	39.250,00	0,00	0,00	44.600,00
Orçamento participativo - Laços de comunidade	Não reembolsável	0,00	0,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00
Programa de desenvolvimento desportivo	Não reembolsável	0,00	218,22	5.253,00	0,00	191,22	1.382,28
<b>I.E.F.P.</b>							
Estágio emprego 0284/EE/16 - Carla Mendes	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	885,80
Estágio emprego 0285/EE/16 - Liliana Figueiredo	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.165,29
CEI 051/CEI/17 - António Fernandes Pinto	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	329,04	174,00
CEI 082/CEI/17 - Liliana Duarte Figueiredo	Não reembolsável	0,00	0,00	103,16	0,00	352,13	150,91
Prémio Emprego 096/E+/17 - Leonel M. de Figueiredo	Não reembolsável	0,00	4.578,69	0,00	0,00	4.578,69	1.061,73
CEI+ 082/CEI+/16 - Lúcia Maria Silva Barreto	Não reembolsável	0,00	0,00	894,18	0,00	894,18	3.633,42
131/CEI+/17 - Magda Santos	Não reembolsável	0,00	0,00	4.138,13	0,00	0,00	0,00
0044/ET/17 - Vanessa Figueiredo	Não reembolsável	0,00	5.460,74	1.852,93	0,00	894,18	3.633,42
<b>Fundação Calouste Gulbenkian</b>							
Educação Especial 2016	Não reembolsável	0,00	0,00	956,66	0,00	966,00	3.863,00
<b>AMICOS</b>							
Erasmus +	Não reembolsável	0,00	18.233,25	6.077,75	0,00	0,00	0,00
<b>Freguesia de Viseu</b>							
Projeto VEM - Viseu em Movimento	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Assas nos Pés	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.250,00
Doações	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.228,00
Movimento Associativo 2018	Não reembolsável	0,00	0,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>		<b>0,00</b>	<b>55.190,90</b>	<b>61.525,81</b>	<b>0,00</b>	<b>7.311,26</b>	<b>66.394,43</b>



822

**11. Instrumentos financeiros**

Bases de mensuração utilizadas para os instrumentos financeiros e outras políticas contabilísticas utilizadas para a contabilização de instrumentos financeiros relevantes para a compreensão das demonstrações financeiras.

"Ver nota 3"

**11.1.** As quantias escrituradas em cada uma das categorias de ativos e passivos financeiros, no total, e para cada um dos tipos significativos são:

*a.* Clientes/Fornecedores/Acionistas-Sócios/Outras contas a receber e a pagar/Pessoal.

Em 31 de Dezembro de N e N-1, as rubricas de Clientes, Fornecedores, Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros, Outras contas a receber e a pagar e Pessoal apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Outras contas a Receber	55.190,90	0,00	55.190,90	7.311,26	0,00	7.311,26
<b>Total do Activo</b>	<b>55.190,90</b>	<b>0,00</b>	<b>55.190,90</b>	<b>7.311,26</b>	<b>0,00</b>	<b>7.311,26</b>
Outras contas a pagar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros passivos correntes	797,29	0,00	797,29	570,04	0,00	570,04
<b>Total do Passivo</b>	<b>797,29</b>	<b>0,00</b>	<b>797,29</b>	<b>570,04</b>	<b>0,00</b>	<b>570,04</b>
<b>Total líquido</b>	<b>54.393,61</b>	<b>0,00</b>	<b>54.393,61</b>	<b>6.741,22</b>	<b>0,00</b>	<b>6.741,22</b>

*b.* Estado e outros entes públicos

Em 31 de Dezembro de N e N-1, a rubrica de Estado e outros entes públicos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
<b>Total do Activo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Ret. Imposto Sobre o Rendimento	120,25	0,00	120,25	188,03	0,00	188,03
Contribuições para a Seg. Social	1.149,86	0,00	1.149,86	686,15	0,00	686,15
FCT	31,46	0,00	31,46	29,59	0,00	29,59
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.301,57</b>	<b>0,00</b>	<b>1.301,57</b>	<b>903,77</b>	<b>0,00</b>	<b>903,77</b>

*c.* Diferimentos

Em 31 de Dezembro de N e N-1 a rubrica de diferimentos apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Gastos a reconhecer	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total do Activo</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Rendimentos a reconhecer	55.190,90	0,00	55.190,90	7.311,26	0,00	7.311,26
<b>Total do Passivo</b>	<b>55.190,90</b>	<b>0,00</b>	<b>55.190,90</b>	<b>7.311,26</b>	<b>0,00</b>	<b>7.311,26</b>
<b>Total líquido</b>	<b>-55.190,90</b>	<b>0,00</b>	<b>-55.190,90</b>	<b>-7.311,26</b>	<b>0,00</b>	<b>-7.311,26</b>

d. Caixa e Depósitos bancários

Em 31 de Dezembro de N e N-1 as rubricas de Caixa e Depósitos bancários apresentavam a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018			31-12-2017		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Caixa	5,00	0,00	5,00	0,00	0,00	0,00
Depósitos à ordem	3.759,68	0,00	3.759,68	8.863,01	0,00	8.863,01
Total do Activo	3.764,68	0,00	3.764,68	8.863,01	0,00	8.863,01
Total do Passivo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total líquido	3.764,68	0,00	3.764,68	8.863,01	0,00	8.863,01

e. Fundos patrimoniais

Em 31 de Dezembro de N e N-1, a rubrica de Capital próprio apresentava a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2018	31-12-2017
Resultados transitados	7.648,88	4.406,95
Resultado líquido do exercício	-5.637,90	3.241,93
Total do capital próprio	2.010,98	7.648,88

Explicitação e justificação dos movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios, constantes do balanço, para além das referidas anteriormente.

Capitais próprios	Saldo no início do exercício	Aumentos	Aplicações Reduções	Saldo no final do exercício
Resultados transitados	0,00	4.578,75	-171,80	4.406,95
Resultado líquido do exercício	4.578,75	3.241,93	4.578,75	3.241,93
Total	4.578,75	7.820,68	4.406,95	7.648,88

## 12. Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, ordenados, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémios de produtividade e assiduidade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal, abonos para falhas e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pelos responsáveis da Entidade. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

PA 12

## ASSOCIAÇÃO GRÃO VASCO

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

As gratificações, após autorizadas, são reconhecidas à data do balanço como um benefício dos empregados e, consequentemente, como um gasto do período ao qual se reportam.

Os benefícios decorrentes da cessação do emprego, quer por decisão unilateral da Empresa, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorrerem.

### a. Gastos com o pessoal:

Gastos com pessoal	31-12-2018	31-12-2017
Remunerações	42.155,94	35.569,94
Pessoal	42.155,94	35.569,94
Encargos sobre remunerações	7.312,36	5.709,57
Pessoal	7.312,36	5.709,57
Seguros	399,02	555,74
Outros	702,42	148,48
<b>Total</b>	<b>50.569,74</b>	<b>41.983,73</b>

### 13. Acontecimentos após a data do balanço

"Não aplicável."

### 14. Agricultura

"Não aplicável."

### 15. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

"Não aplicável."

### 16. Outras divulgações

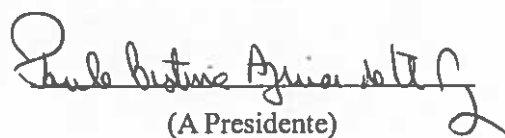
#### 16.1. Investimentos financeiros

O valor que conta na rubrica investimentos financeiros é referente ao Fundo de Compensação do Trabalho.

**16.2. Dívidas à Administração Fiscal e à Segurança Social**

A Entidade não tem dívidas em Mora à Administração Fiscal nem à Segurança Social.

Viseu, 28 de março de 2019

  
(A Presidente)

